

Um Congresso fraco

JORNAL DE BRASÍLIA

06 NOV 1990

Gaudência Torquato

Não há evidência mais retumbante no sistema político do País que a franqueza do Congresso Nacional. Deputados e senadores não interpretam corretamente a verdadeira missão do Parlamento e parece não terem idéia exata da formidável força representada pela instituição. Um cipoal de situações e disposições, emanadas pela Constituição, carece de regulamentação e simplesmente é jogado no cronograma lento dos espaços burocráticos, acomodados às vontades de uma maioria ausente e desleixada. O País assiste a uma caudalosa crise e os congressistas desviam seu discurso e sua atenção para outros focos, mais próximos a interesses pessoais.

Não adianta querer atribuir à mídia a imagem negativa das instituições políticas. Ela espelha o que vê, sente e ouve. Agora, por exemplo, está presenciando a tentativa de se firmar o **entendimento nacional**, meta que viabilizaria, no curto prazo, soluções para a crise. Mas não constata a presença forte do Parlamento nesse projeto que se apresenta como única alternativa viável para atenuar a gravidade da situação nacional. Ao contrário, a mídia está anunciando a possibilidade do Congresso Nacional aprovar o aumento da bancada federal em 55 deputados, enquanto registra um pipocar de aumentos brutais de salários nos Legislativos de diversos Estados.

A fragilidade do Congresso repercute de maneira intensa sobre a vida do País. A primeira e grave consequência se registra no desenho da conformação do Poder político. O Congresso cede espaço para outras organizações e deixa de cumprir, a contento, suas altas funções de mediar, refinar, moderar e direcionar a ação política dos grupamentos sociais. Dessa forma,

contribui para exacerbar o papel de instituições que se desviam de sua missão básica. Os sindicatos assumem acentuada vocação política, a igreja incrementa sua identidade política, a burocracia administrativa acaba por adotar padrões políticos como base de decisão e as massas são mobilizadas, politicamente, por um universo de entidades intermediárias, que passam a ocupar, precariamente, os serviços das agremiações partidárias.

O Congresso, enquanto instituição, precisaria estar no centro das grandes discussões nacionais. Não é o que se percebe. Pois o projeto em curso, de integrar visões do empresariado, trabalhadores e governo, não conta com a liderança do Parlamento. As grandes definições de natureza política e econômica, que poderiam se constituir em vértice de um programa nacional, de longo prazo, cedem lugar aos particularismos e regionalismos. Em consequência, o Congresso se transforma em caudatário do Executivo, uma espécie de porto de recepção e acomodação dos atos da administração federal.

O fortalecimento do Executivo aparece, portanto, como medida do recuo de Legislativo. Quando se tem um presidente ágil, forte politicamente, voluntarioso, decidido, jovem e com futuro cheio de planos, infere-se que a fragmentação do Poder Legislativo assume proporções fantásticas. Numa sociedade cheia de pressões, como a brasileira, carente de institucionalização política, a figura do Presidente da República ganha dimensão extraordinária. Vem daí a idéia de que a fraqueza do Legislativo, incompatível com o poder avolumado pela Constituição, estabelece um presidencialismo imperial, de cunho autoritário e pouco condizente com os tempos de modernidade.